

“Trabalho digno” não existe sem aumento dos salários e garantia dos direitos!

O governo do PS insiste em apresentar documentos (como o “Livro verde do futuro do trabalho” e a “Agenda do trabalho digno e valorização dos jovens no mercado de trabalho”) que não dão respostas aos problemas dos trabalhadores e trilham um caminho de retrocesso e aumento da exploração.

Não é possível falar de “trabalho digno” e não falar **do urgente aumento geral dos salários para todos os trabalhadores, da valorização das carreiras e profissões, da redução dos horários de trabalho e da revogação da caducidade**, entre outras matérias.

O progresso, o desenvolvimento, a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e das suas famílias não se faz com a política de flexibilização e individualização das relações laborais que tão bem serve o patronato e que, sob um manto de pretensa modernidade, agride os trabalhadores.

Para a CGTP-IN, o trabalho digno significa a garantia de trabalho estável e seguro com direitos, salários dignos e horários de trabalho que permitam viver; significa o livre e efectivo direito à negociação e contratação colectiva o que exige a revogação da caducidade e outras normas gravosas da legislação laboral; significa combater a exploração, a pobreza e erradicar a precariedade, permitindo aos jovens construir um futuro de progresso e estabilidade e aos mais velhos o reconhecimento da experiência e do seu trabalho.

A defesa dos direitos, o aumento dos salários é urgente e é possível com a unidade e luta dos trabalhadores!

Em cada local de trabalho, empresa ou serviço, é necessário alargar a unidade e desenvolver a luta pelo aumento dos salários, pelos direitos, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral, pelas justas reivindicações dos trabalhadores.

Pela valorização dos trabalhadores

**Contra a exploração,
contra a política de direita**

**Por um rumo de progresso e justiça
social, por um Portugal com futuro**

Sindicaliza-te!

A força dos sindicatos é a força dos trabalhadores unidos e organizados a partir do local de trabalho.

A sindicalização é essencial para o reforço deste grande colectivo e da luta em defesa e avanço dos direitos, das condições de trabalho, da protecção do emprego e pelo aumento dos salários.

Sindicaliza-te e organiza-te no teu sindicato da CGTP-IN!



Aumentar os salários! Reduzir os horários! Garantir emprego com direitos!

Vamos lutar por uma vida melhor.



É uma emergência nacional garantir o aumento geral dos salários para todos os trabalhadores e do salário mínimo nacional, garantir as 35 horas para todos, a segurança no emprego e a dinamização efectiva da contratação colectiva!

Assumimos estas reivindicações, entre outras, tendo a valorização do trabalho e dos trabalhadores como eixo central do desenvolvimento, o que exige a adopção de uma política em que os interesses dos trabalhadores, do povo e do país se sobreponham aos interesses do grande capital.

Temos assistimos à manutenção da linha de aproveitamento da epidemia e seus impactos por parte do patronato, bem como as opções políticas do governo do PS, que, para além de não dar resposta aos problemas estruturais que afectam os trabalhadores e o país, de que os baixos salários e precariedade são exemplos flagrantes, promove uma política que aprofunda as desigualdades e destrói postos de trabalho, ao mesmo tempo que mantém intocáveis os lucros e a distribuição de dividendos do grande capital que tenta continuar a despedir e a atacar direitos e salários, contando com a acção ao seu serviço de PSD, CDS, Chega e IL.

Os trabalhadores precisam de respostas aos seus problemas, anseios e reivindicações, precisam de ver os seus salários, carreiras e profissões valorizadas e isso só é possível com a sua unidade e luta!

Confiança, determinação e luta por um Portugal com futuro!

O aumento geral dos salários é possível, urgente e necessário

90€ para todos os trabalhadores!

- para melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e suas famílias, valorizar as carreiras e profissões
- para combater a pobreza
- para promover o emprego e dinamizar a economia

Salário Mínimo Nacional 850€ a curto prazo!

Emprego seguro e com direitos erradicar a precariedade!

- para garantir o direito ao trabalho e à segurança no emprego com direitos para todos
- para acabar com o interminável ciclo entre precariedade e desemprego
- para acabar com a discriminação salarial e o abaixamento dos salários – os trabalhadores com vínculo precário recebem em média menos 30% do que os trabalhadores com vínculo efectivo

35 horas para todos os trabalhadores sem redução salarial - é justo e possível!

- para melhorar a qualidade de vida, saúde, bem estar e até a produtividade, colocando ao serviço dos trabalhadores e do País os avanços técnicos e científicos
- para garantir a conciliação entre a vida laboral e pessoal
- para criar mais emprego (esta redução pode criar, potencialmente, 440 mil postos de trabalho)

Combater a desregulação dos horários de trabalho. Não aos bancos de horas, adaptabilidades, horários por turno e nocturnos, laborações contínuas!

A cada posto de trabalho permanente tem de corresponder um trabalhador com vínculo efectivo!

Revogar as normas gravosas da legislação laboral Repor o direito de contratação colectiva!

- para reequilibrar as relações de trabalho e proteger de forma efectiva os trabalhadores
- para erradicar as formas de precarizar as relações de trabalho, de desregular os horários e de facilitar e embaratecer os despedimentos
- para dinamizar a contratação colectiva numa perspectiva de progresso e justiça social, garantindo direitos e aumentos salariais

Revogar a caducidade e reintroduzir o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador!

Investir nos serviços públicos e aumentar os trabalhadores!

Aumento geral de todas as pensões e reformas!

Desenvolver os serviços públicos e as funções sociais do Estado Valorizar a Administração Pública e os seus trabalhadores!

- para garantir um serviço nacional de saúde universal e gratuito
- para garantir uma escola pública, democrática, gratuita, de qualidade e inclusiva
- para garantir uma segurança social pública, solidária e universal